

22/junho/2020

À: Vêneto Energética S.A.

À atenção dos Acionistas, Conselheiros e Administradores

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras nº 206PP-004-PB

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. as demonstrações financeiras da Vêneto Energética S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Atenciosamente,

Edinilson Attizani
Sócio

Vêneto Energética S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Vêneto Energética S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vêneto Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Vêneto Energética S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Investigações e medidas judiciais em andamento

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, no contexto da chamada Operação “Greenfield”, que tem por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem fundos de pensão, bancos públicos e estatais, e na qual foram citadas determinadas empresas e ex-executivos do Grupo Econômico, do qual a Companhia faz parte.

Ainda conforme referida Nota Explicativa nº 1, em junho de 2018, a Hidrotérmica S.A., controladora indireta da Companhia, foi mencionada em notícias divulgadas em jornais de grande circulação nacional, de que um ex-superintendente de Fundos de Investimentos Especiais da Caixa Econômica Federal confessou ter recebido valor de propina em conta no exterior, supostamente depositado por um ex-administrador da Hidrotérmica S.A., nos anos de 2010 e 2011, em razão dos investimentos realizados pelo FI-FGTS na Hidrotérmica S.A.. Diante desses fatos, a Administração do Grupo contratou empresa especializada independente para coordenar e realizar investigações internas antifraude e de usos e fontes. A Companhia divulgou nesta mesma nota explicativa o resultado das investigações internas independentes realizadas sobre os fatos apresentados, informando que não foram identificadas evidências de irregularidades. Com base nas informações conhecidas até o momento, na avaliação da Administração, os impactos relacionados a este assunto, se houverem, não seriam relevantes nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Entretanto, como os processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas ainda estão em andamento, até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses, em 31 de dezembro de 2019. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Transações com parte relacionada

Conforme Nota Explicativa nº 8, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo e a utilização compartilhada de estrutura e de profissionais relacionadas à área administrativa. Essas transações foram contratadas em condições definidas entre as partes e, caso fossem realizadas em condições normais de mercado, poderiam gerar resultados diferentes dos que estão sendo apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2019. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Conforme Nota Explicativa nº 2.d, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram identificados ajustes e reclassificações contábeis de competência de exercícios anteriores. Desta forma, os valores correspondentes relativos às informações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (aprovada pela NBC TG 23 (R-1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (aprovada pela NBC TG 26 (R-3), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, examinamos também os ajustes e reclassificações descritos na Nota Explicativa nº 2.d, efetuados para alterar as informações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018. Concluímos que tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as citadas informações tomadas em conjunto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outro auditor independente, cujo relatório, datado de 23 de julho de 2019, continha a mesma ênfase relacionada a “Investigações e medidas judiciais em andamento” apresentada neste Relatório.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de junho de 2020



Ednilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Vêneto Energética S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
			(Reapresentado)				(Reapresentado)
Ativo circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.658	3.165	Fornecedores		219	375
Contas a receber	5	3.873	6.630	Financiamentos	12	4.773	12.916
Estoques	6	71	216	Arrendamento mercantil	10	514	-
Impostos a recuperar	7	1.791	3.033	Debêntures	13	12.209	-
Despesas antecipadas		64	38	Obrigações sociais e trabalhistas		926	2.099
Depósitos vinculados - contas reserva	11.c (i)	2.516	2.393	Obrigações tributárias	11	2.706	816
Diantamentos a fornecedores		94	212	Dividendos propostos	15	10.162	7.512
				Seguros a pagar - GSF	14	3.926	8.054
Total do ativo circulante		32.067	15.687	Total do passivo circulante		35.435	31.772
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Partes relacionadas	8	35.699	34.583	Arrendamento mercantil	10	137	-
Depósitos judiciais		66	66	Partes relacionadas	8	438	438
Outros créditos		70	70	Debêntures	13	108.000	-
		35.835	34.719	Passivos contingentes	15	98	-
				Obrigações tributárias	11	16	32
				Total do passivo não circulante		108.689	470
Imobilizado	9	60.389	65.208	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	16		
Imóvel de uso - Arrendamento mercantil	10	613	-	Capital social		128.806	128.806
				Reserva de Capital		(176.656)	(69.556)
				Reservas de lucros		32.630	24.122
Total do ativo não circulante		96.837	99.927	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(15.220)	83.372
Total do ativo		128.904	115.614	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		128.904	115.614

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vêneto Energética S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita operacional líquida	17	43.421	43.661
Custo do serviço	18	(18.254)	(19.342)
Lucro bruto		25.167	24.319
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	19.a	(3.536)	(2.640)
Outras receitas, líquidas	19.b	(1.777)	-
Total despesas operacionais		(5.313)	(2.640)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		19.854	21.679
Despesas financeiras	20	(7.408)	(2.820)
Receitas financeiras	20	272	6.272
Resultado financeiro		(7.136)	3.452
Resultado antes dos impostos		12.718	25.131
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	(1.560)	(1.494)
Lucro líquido do exercício		11.158	23.637
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	16	0,09	0,18

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vêneto Energética S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	Nota 16	<u>11.158</u>	<u>23.637</u>
Resultado abrangente total		<u>11.158</u>	<u>23.637</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vêneto Energética S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
				Legal	Lucros a destinar		
Saldos em 01 de janeiro de 2018		128.806	-	400	5.699	-	134.905
Transação de capital com controlador		-	(69.556)	-	-	-	(69.556)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	23.637	23.637
Destinação do resultado do exercício para:							
Constituição da reserva legal	16	-	-	1.182	-	(1.182)	-
Dividendos propostos	16	-	-	-	-	(5.614)	(5.614)
Lucros a destinar		-	-	-	16.841	(16.841)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018 - reapresentado		128.806	(69.556)	1.582	22.540	-	83.372
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.158	11.158
Destinação do resultado do exercício para:							
Constituição da reserva legal	16	-	-	558	-	(558)	-
Dividendos propostos	16	-	-	-	-	(2.650)	(2.650)
Lucros a destinar		-	-	-	7.950	(7.950)	-
Transação de capital com controlador		-	(107.100)	-	-	-	(107.100)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		128.806	(176.656)	2.140	30.490	-	(15.220)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vêneto Energética S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	12.718	25.131
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Encargos financeiros de empréstimos	881	1.690
Atualização de arrendamento	103	-
Recuperação de despesas (impostos)	-	(5.946)
IOF sobre operações com partes relacionadas	(116)	-
Provisão de contingências	98	-
Provisão de contingências regulatórias - GSF	-	1.968
Atualização do GSF	(4.128)	471
Depreciação e amortização	5.276	4.791
	<u>14.832</u>	<u>28.105</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber	2.757	(377)
Tributos a recuperar	1.242	1.017
Depósitos vinculados - contas reserva	(123)	748
Estoques	145	(216)
Adiantamentos a fornecedores	118	(86)
Despesas antecipadas	(26)	26
	<u>4.113</u>	<u>1.112</u>
Aumento nos passivos		
Fornecedores	(156)	99
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.173)	1.463
Obrigações tributárias	994	(560)
	<u>(335)</u>	<u>1.002</u>
Pagamento de juros de financiamentos	(876)	(746)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(680)	(550)
	<u>17.054</u>	<u>28.923</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	17.054	28.923
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Empréstimos realizados para partes relacionadas	(111.216)	(50.778)
Recebimento de empréstimos realizados para partes relacionadas	3.116	16.077
Adições no imobilizado	-	(41)
Baixas no imobilizado	33	192
	<u>(108.067)</u>	<u>(34.550)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(108.067)	(34.550)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento arrendamento mercantil	(555)	-
Pagamento de empréstimos obtidos com partes relacionadas	-	(118)
Empréstimos obtidos com partes relacionadas	-	107
Captação de Debêntures	120.209	-
Pagamentos de financiamentos (principal)	(8.148)	(8.966)
	<u>111.506</u>	<u>(8.977)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	111.506	(8.977)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	20.493	(14.604)
Saldo no início do exercício	3.165	17.769
Saldo no final do exercício	<u>23.658</u>	<u>3.165</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais e contexto operacional

A Vêneto Energética S.A. (“Companhia” ou “Vêneto”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Veranópolis – RS, cujo objeto social é a implantação e exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica e de suas instalações de conexão, bem como, a comercialização de energia elétrica gerada nesses empreendimentos.

A Companhia, por meio da Resolução 519/02, da ANEEL, obteve a autorização para implantação e exploração do potencial hidráulico da PCH Jararaca, na condição de produtor independente, com 28 MW de potência instalada e 18,91 MW de garantia física. O prazo de autorização é de 30 anos, com término em setembro de 2032, podendo ser prorrogada.

A energia elétrica produzida pela PCH Jararaca é totalmente comercializada no âmbito do Proinfa – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, por um prazo de 20 anos, que se encerra em novembro de 2026.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2019, o total do passivo circulante excedia o total do ativo circulante em R\$ 3.368 (R\$ 16.085 em 31 de dezembro de 2018), em função da classificação no curto prazo do saldo de financiamentos decorrente do não cumprimento de obrigação contratual (“*covenants*”) que veda a operação de mútuos com partes relacionadas. No entanto, o descumprimento desta cláusula refere-se à obrigação não-pecuniária. A Companhia encontra-se adimplente com o serviço da dívida de todos os seus instrumentos financeiros e não houve declaração de vencimento antecipado de nenhuma instituição financeira credora. Com base nas negociações em andamento para a formalização de “*waivers*”, não há expectativa de que tais instituições exigirão os passivos de forma antecipada, por quebra de *covenants*. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo acumulado de dividendos propostos de R\$ 10.162 (R\$ 7.512 em 31 de dezembro de 2018) também afeta o CCL negativo.

Investigações e medidas judiciais em andamento

Como é de conhecimento público, encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, no contexto da chamada “Operação *Greenfield*”, que investiga, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo, fundos de pensão, bancos públicos e estatais, na qual foram citadas empresas do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte, bem como foram indiciados ex-administradores dessas empresas.

A Administração do Grupo contratou empresa independente para conduzir e realizar processo de investigação antifraude e de usos e fontes. Após o término dos trabalhos, a empresa contratada não identificou evidências de irregularidades.

Adicionalmente, em junho de 2018, a Hidrotérmica S.A., controladora indireta da Companhia, foi mencionada em notícias divulgadas em jornais de grande circulação nacional, sobre supostos atos ilegais e de corrupção cometidos por um ex-administrador da Hidrotérmica S.A. envolvendo ex-superintendente da Caixa Econômica Federal em razão de investimentos realizados pelo FI-FTGS na Hidrotérmica S.A, nos anos de 2010 e 2011.

A Administração da Mesa Participações S.A., contratou empresa especializada para realizar investigação forense sobre este assunto, bem como conduziu procedimento interno de sindicância para verificação dos fatos em atendimento às suas políticas de conformidade. Tanto a investigação forense realizada pela empresa independente como a sindicância conduzida internamente pela Administração da Hidrotérmica, não identificaram indícios de irregularidades.

Embora os processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas encontram-se em andamento e não foram concluídos, na medida em que a Companhia não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação e que seus executivos não foram indiciados, Administração da Companhia entende que os desdobramentos dos resultados das investigações e suas consequências futuras, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

Programa de Compliance da Companhia

Em consonância com a Lei 12.846/13, a Administração da Companhia, buscando estruturar-se à prevenção à fraude, governança corporativa e devida adequação dos processos internos, no final de 2016, criou uma área de *Compliance*, que adotou novas políticas e implantou código de ética, que têm por objetivo prevenir, detectar, evitar e sanar irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, a fim de garantir que as relações comerciais com todos os “*Stakeholders*” sejam conduzidas com ética, lisura e transparência.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da legislação societária e pela edição dos pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Nas presentes demonstrações financeiras, a Administração está evidenciando, apenas as informações relevantes utilizadas na gestão da Companhia.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração realizada em 22 de junho de 2020.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo (aplicações financeiras).

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e são reconhecidas prospectivamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As principais estimativas e premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro referem-se ao registro de:

- **Nota Explicativa nº 9:** avaliação da vida útil do ativo imobilizado, onde os ativos são depreciados pelo prazo da autorização pela Companhia. Adicionalmente, anualmente, a Administração revisa o valor contábil líquido de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável;
- **Nota Explicativa nº 15:** contingências - reconhecimento e mensuração das contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

e. Ajustes e reclassificações efetuados nas informações financeiras comparativas

A Administração da Companhia procedeu a rerepresentação das informações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (no balanço patrimonial e nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido) em decorrência da necessidade de reconhecimento de determinados ajustes e apresentações contábeis identificados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 relacionados a transações de capital realizadas com a Controladora direta (Nota Explicativa nº 8 e Nota Explicativa nº 16 (b)) para melhor apresentação dos saldos comparativos, não se tratando de ajuste que tenha afetado as demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes e dos fluxos de caixa. A citada rerepresentação está sendo efetuada como previsto pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (aprovada pela NBC TG 23 (R-1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (aprovada pela NBC TG 26 (R-3), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. O efeito dos ajustes e reclassificações sobre informações financeiras comparativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, é conforme segue:

Balanço patrimonial	Saldo em 2018 (publicado)	Ajuste	Saldo em 2018 (reapresentado)
Ativo			
Não circulante			
Partes relacionadas (i)	104.139	(69.556)	34.583
Total do ativo não circulante	104.275	(69.556)	34.719
Total do ativo	185.170	(69.556)	115.614
Passivo			
Patrimônio líquido			
Reserva de Capital	-	(69.556)	(69.556)
Total do patrimônio líquido	152.928	(69.556)	83.372
Total do passivo e patrimônio líquido	185.170	(69.556)	115.614

	Reserva de capital (publicado)	Total (publicado)	Ajuste	Reserva de capital (reapresentado)	Total (reapresentado)
Saldos em 01 de janeiro de 2018	-	134.905	-	-	134.905
Transação de capital com controlador			(69.556)	(69.556)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	152.928	(69.556)	(69.556)	83.372

- (i) O saldo de mútuo a receber da Controladora direta no valor de R\$ 69.556, em 31 de dezembro de 2018, está sendo apresentado no Patrimônio Líquido como transação de capital com controlador, conforme Nota Explicativa nº 16(b).

3. Principais políticas contábeis

a. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida mensalmente, pelo faturamento dos contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa), os quais são coordenados pelo Ministério de Minas e Energia e gerenciados pela Eletrobrás, em que toda energia produzida tem garantia de contratação pela Eletrobrás.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem basicamente:

- Receita de juros e variação monetária; e
- Despesa de juros, variação monetária, multas e fianças bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento, e os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos são classificados nas atividades de financiamento.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Custo amortizado do passivo financeiro.

c. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

i. Reconhecimento e mensuração inicial

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. No exercício de 2018, a Companhia possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e a valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

ii. Impairment de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

d. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social corrente – lucro presumido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente da Companhia são calculados com base na presunção das receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12% para cálculo do imposto de renda e da contribuição social, respectivamente. Depois de apurados os valores de acordo com os percentuais de presunção, as demais receitas são adicionadas na base de cálculo.

Sobre a base de cálculo apurada, aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- a) 15% de imposto de renda sobre o total da base de cálculo;
- b) 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido (base de cálculo) que exceder a R\$ 60 trimestralmente ou, no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada, aplica-se a alíquota de 9% para contribuição social.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, tais como frete, tributos não recuperáveis e armazenamento.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis dos bens, limitadas pelos prazos das autorizações quando não há previsão de indenização do valor residual dos ativos ao término do período autorizativo ou concessivo.

g. Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado é revisto anualmente para identificar evidências de perdas no valor recuperável, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos custo para venda. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos, através do valor de uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios da Companhia considera sua usina como uma única unidade geradora de caixa.

h. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, as contas a pagar aos fornecedores são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

i. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros, estimados a uma taxa antes de impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

j. Mudanças em políticas contábeis significativas

(i) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem praticamente todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a CPC 06 (R1)/ IAS 17, ou seja, reconheça ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). De forma geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia avaliou o efeito da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos e as informações quantitativas e qualitativas antes da adoção. A norma impactou o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia tem em aberto e com consequente impacto no reconhecimento de um ativo por direito de uso e passivo por arrendamento mercantil.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma, ou seja, é facultado a adoção para contratos de arrendamento de curto prazo, que se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, para contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia optou por utilizar o método retrospectivo modificado, sem rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção, ou seja, aplicar inicialmente este pronunciamento na data da aplicação inicial de acordo com os itens C7 e C13 da respectiva norma.

A Companhia efetuou a avaliação dos contratos de arrendamentos existentes e como resultado desta análise os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração foram segregados em 2 (dois) contratos de aluguel de terrenos. Para esses arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado conforme detalhado na Nota Explicativa nº 10.

Adicionalmente, reconheceu os custos de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento para o período.

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos e imóveis, aplicou-se a taxa de desconto de 16,04% a.a., considerando-se como prazo para os terrenos o período de autorização e/ou concessão e para imóveis a vigência dos contratos.

O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia avaliou o efeito da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos e as informações quantitativas e qualitativas antes da adoção. A norma impactou o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia tem em aberto e com consequente impacto no reconhecimento de um ativo por direito de uso e passivo por arrendamento mercantil.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma, ou seja, é facultado a adoção para contratos de arrendamento de curto prazo, que se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, para contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia optou por utilizar o método retrospectivo modificado, sem rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção, ou seja, aplicar inicialmente este pronunciamento na data da aplicação inicial de acordo com os itens C7 e C13 da respectiva norma.

A Companhia efetuou a avaliação dos contratos de arrendamentos existentes e como resultado desta análise os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração foram segregados em 2 (dois) contratos de aluguel de terrenos. Para esses arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado conforme detalhado na Nota Explicativa nº 10.

Adicionalmente, reconheceu os custos de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento para o período.

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos e imóveis, aplicou-se a taxa de desconto de 11,96% a.a., considerando-se como prazo para o aluguel do imóvel a vigência dos contratos.

(ii) Pronunciamentos contábeis emitidos que ainda não estão em vigor

Não existem outras normas ou interpretações novas e alteradas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Companhia, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Bancos	22.379	593
Aplicações financeiras	<u>1.279</u>	<u>2.572</u>
Total	<u>23.658</u>	<u>3.165</u>

O saldo de bancos é constituído por saldos de depósitos à vista em instituições financeiras.

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro e são imediatamente resgatáveis, sem risco significativo de mudança de valor. As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 96,46% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (92,68% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

5. Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 3.873, (R\$ 6.630 em 31 de dezembro de 2018) corresponde ao saldo a receber de suprimentos de energia de contratos firmados com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) pelo prazo de 20 anos, encerrando em 30 de novembro de 2026 cujo prazo médio de recebimento é de 30 dias.

6. Estoques

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$ 71 (R\$ 216 em 31 de dezembro de 2018), refere-se a peças e sobressalentes para manutenção da usina.

7. Tributos a recuperar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PIS	1	1
COFINS	3	3
Outros	<u>12</u>	<u>13</u>
Total dos tributos a recuperar	<u>16</u>	<u>17</u>
IRRF	1.721	2.679
CSLL	<u>54</u>	<u>337</u>
Total do imposto de renda e contribuição social a recuperar	<u>1.775</u>	<u>3.016</u>
Total	<u>1.791</u>	<u>3.033</u>

Os principais valores, referem-se a retenções de tributos realizadas por clientes, pertencentes à administração pública federal, que são obrigados a reter 5,85% de IR, CSLL, PIS/Pasep e Cofins sobre os pagamentos que efetuam a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviço.

8. Partes relacionadas

A Companhia identificou como partes relacionadas seus acionistas, sua controladora e outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1).

As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos na posição patrimonial e no resultado estão descritos a seguir:

	2019		2018	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
			(Reapresentado)	
Autódromo Energética S.A.	5	-	5	-
Ben-Bioenergia Ger. Com. Energia S.A.	3.594	-	3.594	-
Boa Fé Energética S.A.	1	-	1	-
Bolognesi Participações S.A.	825	-	825	-
Bongiorno Energética S.A.	3.846	-	6.846	-
Brasilterm Energia S.A.	4	-	4	-
Central Energética Palmeiras S.A.	12	-	12	-
Criúva Energética S.A.	176	-	176	-
Da Ilha Energética S.A.	-	438	-	438
Hidrotérmica Comercializadora S.A.	43	-	43	-
Hidrotérmica S.A.	27.926	-	23.810	-
Quartel Três Energética S.A.	4	-	4	-
São Paulo Energética S.A.	1	-	1	-
Serrana Energética S.A.	76	-	76	-
Termelétrica Pernambuco III	6	-	6	-
Termelétrica Rio Grande S.A.	5	-	5	-
(-) Provisão para perda esperada com crédito (i)	(825)	-	(825)	-
Total	35.699	438	34.583	438

- (i) A Administração reavaliou seus ativos financeiros com partes relacionadas, a fim de verificar se há indicação de perdas esperadas na liquidação.

A Administração identificou que os ativos financeiros (mútuos) com a Bolognesi Energia S.A. apresentam risco relevante de não recebimento, além do agravamento da situação financeira da Bolognesi Energia S.A., que possui, em 31 de dezembro de 2018, capital circulante líquido negativo, passivo significativo com parte relacionadas, que apresentam natureza subordinada frente a demais obrigações de Bolognesi Energia S.A., e patrimônio líquido negativo. Desta forma, a Administração da Companhia determinou que os valores de mútuos a receber da Bolognesi Energia S.A. fossem ajustados em sua totalidade, por meio de provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia mantém operação de mútuo financeiro a receber com sua Controladora direta Cia Energética Rio da Prata S.A. no valor de R\$ 176.656 e R\$ 69.556, respectivamente. A Administração da Companhia analisou a natureza e as características da operação, os fluxos de caixa contratual do ativo não são do tipo "principal mais juros", inclusive, quanto à previsão contratual de liquidação do valor a receber não estabelecer, especificamente, que se dará por meio da entrega de caixa e equivalentes de caixa, e concluiu que, na essência, trata-se de transação de capital realizada com a controladora direta e que, para melhor apresentação desta operação nas demonstrações financeiras da Companhia, está apresentando o saldo de mútuo a receber, como redutor no Patrimônio Líquido, em conta de reserva de capital. (Nota Explicativa nº 16 (b)). Esta informação do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, está sendo reapresentada, conforme Nota Explicativa nº 2(e), para fins de comparabilidade entre os períodos.

A Companhia mantém operações de mútuos com prazo de vencimento em 20 anos, amparada por contratos assinados entre as partes, com data determinada de vencimento e sem incidência de juros.

Movimentação de partes relacionadas

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Saldo em 31.12.2018	10.773	438
Empréstimos concedidos (obtidos)	-	-
Pagamentos (recebimentos)	(3.116)	-
IOF	116	-
Saldo em 31.12.2019	7.773	438

Estrutura de custos compartilhada

A Companhia e as demais empresas do Grupo Econômico compartilham determinadas estruturas e custos administrativos, cujos critérios de rateio entre as empresas do Grupo estão em fase de definição pela Administração.

Remuneração da Administração

A Administração da Companhia é compartilhada com as demais empresas do Grupo Econômico, dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi pago o montante de R\$ 291 referente as despesas com Administradores e Conselho de Administração, esse montante refere-se integralmente a remuneração fixa, encargos e benefícios (plano de saúde, odontológico e seguro de vida), no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não há gastos com a Administração alocados na Companhia.

9. Imobilizado

a. Composição do saldo

		<u>31 de dezembro de 2019</u>			<u>31 de dezembro de 2018</u>
	<u>Taxas anuais médias de depreciação %</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Imobilizado em serviço					
Terrenos	4,23%	1.816	(873)	943	1.017
Reservatório, barragens e adutoras	4,27%	35.963	(17.298)	18.665	20.148
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,26%	44.236	(21.270)	22.966	24.779
Máquinas e equipamentos	4,06%	34.205	(16.440)	17.765	19.149
Móveis e utensílios	6,25%	6	(3)	3	3
Equipamentos de informática	16,67%	15	(1)	14	-
Veículos	14,29%	63	(30)	33	35
Total do imobilizado em serviço		116.304	(55.915)	60.389	65.131
Imobilizado em curso					
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	77
Total do imobilizado em curso		-	-	-	77
Total do imobilizado		116.304	(55.915)	60.389	65.208

b. Movimentação do imobilizado

	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2019
	Valor líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Terrenos	1.017	-	-	(74)	943
Reservatório, barragens e adutoras	20.148	-	-	(1.483)	18.665
Edificações, obras civis e benfeitorias	24.779	8	-	(1.821)	22.966
Máquinas e equipamentos	19.149	27	-	(1.411)	17.765
Móveis e utensílios	3	1	-	(1)	3
Equipamentos de informática	-	15	-	(1)	14
Veículos	35	-	-	(2)	33
Total do imobilizado em serviço	65.131	51	-	(4.793)	60.389
Imobilizado em curso					
Adiantamentos a fornecedores	77	-	(77)	-	-
Total do imobilizado em curso	77	-	(77)	-	-
Total do imobilizado	65.208	51	(77)	(4.793)	60.389

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou teste de *impairment*, segregado por unidade geradora de caixa de acordo com o CPC 01, para assegurar que seu ativo esteja registrado contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação (teste de *impairment*). De acordo com as premissas adotadas não foi identificada a necessidade de registro de *impairment*.

10. Arrendamento mercantil

A norma CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- Contrato com um prazo inferior ou igual a 12 meses; e,
- Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia possui contrato de arrendamento referente a locação do imóvel onde está localizado o escritório.

Os valores referentes ao reconhecimento inicial do direito de uso dos ativos arrendados e das obrigações assumidas para os contratos de arrendamento mercantil, referente à adoção inicial do CPC 06 (R2) e suas respectivas movimentações no final do exercício, findo em 31 de dezembro de 2019, estão demonstrados a seguir:

Ativo	2019
Saldos em 01/01/2019	-
Adoção Inicial CPC 06 (R2)	1104
Amortização	(491)
Total	613

Passivo	2019
Saldos em 01/01/2019	-
Adoção Inicial CPC 06 (R2)	1.104
Variação Monetária	103
Pagamento	(556)
Total	651
Circulante	514
Não circulante	137

11. Obrigações tributárias

	2019	2018
Tributos e contribuições retidos na fonte	180	104
IOF (i)	2.222	584
ICMS	3	14
PIS e COFINS s/ faturamento	101	-
ISSQN	2	6
CSLL parcelamento	25	35
IRPJ	140	91
CSLL	49	14
Total geral	2.722	848
Circulante	2.706	816
Não circulante	16	32

- (i) O aumento na rubrica de IOF a recolher em 31 de dezembro de 2019 comparado com 2018, dá-se pela operação de mútuo realizada entre a Companhia e sua controladora direta Cia Rio da Prata S.A. em 15 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 107.100.

12. Financiamentos

a) Composição

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Financiadores / Credores	Saldo Devedor	Saldo Devedor
BANRISUL	375	1.015
BADESUL	375	1.015
BNDES	2.547	5.962
BNDES	-	930
BRDE	375	1.015
SANTANDER	1.101	2.979
Total	<u>4.773</u>	<u>12.916</u>

b) Principais características

Financiadores / Credores	Valor Contratado	Modalidade	Data Contratação	Início	Término	2019			2018		
						Qtde parcelas	Parcelas pagas	Parcelas a vencer	Qtde parcelas	Parcelas pagas	Parcelas a vencer
BANRISUL	6.583	Financ Obra	09/03/07	15/08/08	15/07/20	144	125	19	144	113	31
BADESUL	6.583	Financ Obra	09/03/07	15/08/08	15/07/20	144	125	19	144	113	31
BNDES	39.075	Financ Obra	09/03/07	15/08/08	15/07/20	144	125	19	144	113	31
BNDES	6.622	Financ Obra	05/09/08	15/11/08	15/07/20	141	125	16	141	113	28
BRDE	6.583	Financ Obra	09/03/07	15/08/08	15/07/20	144	125	19	144	113	31
SANTANDER	19.324	Financ Obra	09/03/07	15/08/08	15/07/20	144	125	19	144	113	31

Em 31 de dezembro de 2019, o custo médio de captação das dívidas é de 12,03% a.a. (10,86% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

c) Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram dadas aos credores em função das operações de financiamentos:

- Direitos decorrentes da outorga;
- Penhor das ações da Companhia;
- Direitos decorrentes dos contratos de venda de energia;
- Seguros garantias;
- Fianças bancárias;
- Contas reservas **(i)**; e
- Fiança dos acionistas.

(i) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém depósitos vinculados - conta reserva no montante de R\$ 2.516 (R\$ 2.393 em 31 de dezembro de 2018), conforme cláusulas dos contratos com o BNDES. Esta conta está segregada de caixa e equivalentes de caixa, por não ter liquidez imediata. A conta é bloqueada e somente o agente financeiro responsável pode efetuar a sua movimentação.

d) Cláusulas restritivas

Os contratos de financiamentos da Companhia possuem, entre outras, as seguintes cláusulas restritivas:

- Manter índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) mínimo de 1,3, apurado anualmente;
- Não promover inclusão em acordo societário, estatuto social da Companhia ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízos à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes destas operações;
- Não existência de sentença condenatória transitada em julgado relativamente à prática de atos que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo;
- Não constituir, sem prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia aos BNDES;
- Não realização de empréstimos ou mútuos aos controladores, demais sócios, empresas coligadas ou empresas do mesmo grupo econômico.

e) Movimentação financiamentos:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	12.916	20.938
Amortização de principal	(8.148)	(8.966)
Amortização de juros	(876)	(746)
Encargos financeiros	881	1.690
Saldo final	4.773	12.916

Em 31 de dezembro de 2018, foram reclassificadas dívidas de financiamentos de R\$ 4.759 para o passivo circulante, por quebra de *covenants* em função de realização de operações com partes relacionadas. Portanto, o saldo total de financiamentos em 2018 está classificado no passivo circulante.

13. Debêntures

a) Composição

Descrição	Encargos	Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018
BTG Pactual	7,80% a.a. + IPCA	120.209	-
Total		120.209	-
Circulante		12.209	-
Não circulante		108.000	-

O custo médio de captação das dívidas em 31 de dezembro de 2019 é de 7,80% a.a. + IPCA.

b) Principais características

Em 15 de dezembro de 2019, a Companhia emitiu série única a 1ª (primeira) emissão de debêntures. Foram emitidas 120.000 (cento e vinte mil) debêntures com valor unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão.

O valor total da Emissão foi de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), as debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. As debêntures são escriturais e normativas, sem emissão de cautelas ou certificados, terão garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

O valor unitário ou o sado do valor nominal unitário das debêntures é atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA apurado mensalmente pelo IBGE, desde a primeira data de integralização até a data do efetivo pagamento, sendo o produto da atualização monetária automaticamente incorporado ao valor nominal unitário das debêntures.

O valor nominal unitário atualizado das debêntures será amortizado em 72 (setenta e duas) parcelas mensais sempre no dia 15 de cada mês, e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 15 de janeiro de 2020 e a última em 15 de dezembro de 2025.

O vencimento antecipado encontra-se previsto na cláusula de 6.2 a 6.7 da Escritura de Debêntures da Vêneto Energética S.A.

14. Seguro a pagar – GSF

Em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 3.926 (R\$ 8.054 em 31 de dezembro de 2018), refere-se à provisão da repactuação de seguro fiança do *Generation Scaling Factor* (GSF).

A Companhia faz parte do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa), com contratos de venda de energia firmados com a Eletrobrás. As usinas participantes do Proinfa são modeladas no âmbito da CCEE, de forma que seja identificada a energia efetivamente produzida em cada uma das centrais, a apuração de eventuais exposições no mercado de curto prazo pelo agente comercializador de energia do Proinfa – ACEP, que neste caso é a Eletrobrás.

Em meio à inúmeras liminares, as quais, em pouco tempo, inviabilizaram as operações do Mercado de Curto Prazo, em 14/12/2015, foi publicada a REN 684/15, estabelecendo os termos e condições para a repactuação do risco hidrológico suportado pelos geradores hidráulicos integrantes do MRE, detalhando o disposto na Lei nº 13.203/2015. A possibilidade de repactuação do risco hidrológico atualmente suportada pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do MRE deve contar com a anuência da ANEEL e tem como premissa o pagamento de prêmio de risco pelo gerador, calculado em reais por MWh. O valor do prêmio depende do tipo de produto, devidamente discriminado nos anexos da resolução, a ser pago à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT.

Mediante ofício BE004-16, a Companhia optou pelo produto SP100, com valor de prêmio de risco unitário de R\$ 9,50/MWh, data-base de janeiro de 2015. Este produto elimina o risco de exposição ao GSF.

Durante todo o ano de 2019 e 2018, a Eletrobrás faturou apenas a energia do contrato, sem ajustes e sem a cobrança do prêmio de risco, em virtude de tratativas envolvendo a CCEE e a ANEEL.

Tendo em vista este cenário e considerando o que foi repactuado, foi calculado o valor do prêmio que deverá ser pago à CCRBT, referente aos anos de 2016 a 2019.

Cabe reiterar que este valor não foi pago, devido à indefinição da Eletrobrás que perdura desde janeiro de 2016.

15. Passivos contingentes

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo, principalmente, questões trabalhistas.

A Administração da Companhia, em atendimento ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos e revisão de seus advogados, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: **a)** perda provável – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%; **b)** perda possível – são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa.

a. Riscos provisionados

Trata-se de ações na esfera trabalhista.

	<u>2019</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>2018</u>
Trabalhista	90	90	-	-
Total	90	90	-	-

b. Riscos não provisionados

O quadro abaixo trata-se de processos classificados como perda possível, por esse motivo não foram provisionados.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Trabalhista (i)	2.657	245
Tributário (ii)	245	458
	2.902	703

- (i) A Companhia responde a causas trabalhistas em que, predominantemente, são pleiteados reconhecimento de vínculo trabalhista, horas extras, adicional noturno e verbas rescisórias;
- (ii) A Companhia foi autuada, em função da não homologação das Declarações de Compensações (Dcomp's) do passado. Esses Dcomp's não foram objetos de impugnação em momento anterior.

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 128.806, dividido em 128.806.000 (cento e vinte e oito milhões, oitocentos e seis mil) ações ordinárias, pertencentes a Cia Energética Rio da Prata S.A. (99,99%) e Bolognesi Energia S.A. (00,01%). Do montante total do capital, R\$ 74.579 foi integralizado em moeda corrente nacional e R\$ 54.227, com registro de potenciais hidrelétricos (R\$ 7.156) e sua respectiva reavaliação (R\$ 47.071).

Reserva legal

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	11.158	23.637
Base cálculo reserva legal	<u>11.158</u>	<u>23.637</u>
Reserva Legal - 5%	<u>558</u>	<u>1.182</u>

Dividendos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Base cálculo reserva legal	11.158	23.637
Reserva Legal	<u>(558)</u>	<u>(1.182)</u>
Base dividendos	<u>10.600</u>	<u>22.455</u>
Dividendos - 25%	<u>2.650</u>	<u>5.614</u>

O montante acumulado de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$ 11.163 (R\$ 7.512 em 31 de dezembro de 2018). O valor não é pago em função da cláusula restritiva (*covenants*) dos financiamentos.

b. Reserva de capital

Transação de capital com controlador

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Companhia Energética Rio da Prata S.A.	<u>176.656</u>	<u>69.556</u>
Total	<u>176.656</u>	<u>69.556</u>

Movimentação transação de capital com controlador

Saldo em 31.12.2018	<u>69.556</u>
Empréstimos concedidos	107.100
Saldo em 31.12.2019	<u>176.656</u>

Conforme Nota Explicativa nº 8, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém transações de capital com sua controladora direita no montante de R\$176.656, com prazo de vencimento em 20 anos, amparada por contratos assinados em agosto de 2017 entre as partes, com data determinada de vencimento e sem incidência de juros, cuja realização futura provavelmente se dará pela distribuição de dividendos e/ou redução do capital social da Companhia.

17. Receita operacional líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita operacional bruta de vendas	45.177	45.311
(-) Pis e Cofins cumulativos sobre faturamento	<u>(1.756)</u>	<u>(1.650)</u>
Total receita operacional líquida	<u>43.421</u>	<u>43.661</u>

18. Custo do serviço

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessoal e encargos	(8.234)	(9.318)
Depreciação	(4.786)	(4.791)
Seguro <i>GSF</i> (nota explicativa nº 11)	(2.042)	(1.968)
Uso do sistema de distribuição e transmissão	(789)	(748)
Manutenção e reparo	(696)	(154)
Vigilância e limpeza	(280)	(254)
Seguros	(146)	(181)
CCEE (Câmara de comercialização de energia)	-	(72)
Serviços de O&M (operação e manutenção)	-	(818)
Outros	<u>(1.281)</u>	<u>(1.039)</u>
Total do custo	<u>(18.254)</u>	<u>(19.342)</u>

19. Despesas operacionais

a) Gerais e administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Serviços administrativos PJ	(1.427)	(886)
Pessoal e encargos sociais	(19)	-
Impostos e taxas (i)	(118)	(1.094)
Aluguéis	(721)	(154)
Viagens e locomoções	(180)	(196)
Provisão para contingências	(84)	-
Publicidade e propaganda	(46)	(3)
Seguros	(47)	-
Outros	<u>(894)</u>	<u>(305)</u>
Total das despesas gerais e administrativas	<u>(3.536)</u>	<u>(2.640)</u>

(i) O principal aumento apresentado na despesa em 2018 ocorreu, principalmente, em função de baixa de créditos tributários.

b) Outras receitas, líquidas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Reversão despesas	319	-
Provisão para perdas e ajustes de ativos	(1.663)	-
Impostos e contribuições (i)	(1.403)	-
Outras despesas	<u>970</u>	<u>-</u>
Total	<u>(1.777)</u>	<u>-</u>

(i) A Companhia efetuou a baixa de créditos tributários, por falta de perspectiva de realização, tendo em vista a expiração do prazo de aproveitamento.

20. Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
a) Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	266	317
Variações monetárias ativas	5	-
Recuperação de despesas (i)	1	5.946
Descontos obtidos	-	9
Total de receitas financeiras	<u>272</u>	<u>6.272</u>
b) Despesas financeiras		
Juros passivos	-	(54)
IOF de empréstimos e financiamentos	(22)	(13)
Despesas bancárias	(4.156)	(7)
Variação monetária passiva (ii)	(2.368)	(448)
Multas	-	(636)
Juros de financiamentos (iv)	(862)	(1.662)
Total de despesas financeiras	<u>(7.408)</u>	<u>(2.820)</u>
Resultado financeiro	<u>(7.136)</u>	<u>3.452</u>

(i) Refere-se ao impacto no resultado do recálculo de juros e multas do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), assim como o desconto concedido quando da consolidação deste benefício;

(ii) Variação impactada pela atualização GSF;

(iii) Financiamentos atrelados a TJLP.

21. Imposto de renda e contribuição social corrente

<u>Cálculo IRPJ e CSLL</u>		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita de venda de energia elétrica		48.999	45.177
Ajustes da receita gerada para imposto tributada por meio de regime de caixa		-	(419)
Descontos obtidos		-	9
Receita de aplicação financeira		219	396
		<u>49.218</u>	<u>45.163</u>
Base de cálculo da contribuição social			
	12%	5.880	5.371
	100%	219	405
		<u>6.099</u>	<u>5.776</u>
Contribuição social devida (9%)		<u>(549)</u>	<u>(520)</u>
Base de Cálculo IR - Pessoa Jurídica			
	8%	3.920	3.581
	100%	219	405
		<u>4.139</u>	<u>3.986</u>
IRPJ Devido			
15%		(621)	(599)
Adicional-IR 10% (240)		(390)	(375)
Imposto de renda devido (25%)		<u>(1.011)</u>	<u>(974)</u>
Imposto de renda e contribuição social devidos		<u>(1.560)</u>	<u>(1.494)</u>

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Mensuração	Nível	31/12/2019		31/12/2018 (reapresentado)	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Bancos	Custo amortizado	Nível 1	26.322	26.322	593	593
Aplicação financeira	Custo amortizado	Nível 1	1.279	1.279	2.572	2.572
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 1	3.873	3.873	6.630	6.630
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	7.773	7.773	10.773	10.773
Depósitos vinculados - Conta reserva	Custo amortizado	Nível 2	2.516	2.516	2.393	2.393
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	219	219	375	375
Empréstimos de mútuos a pagar	Custo amortizado	Nível 2	438	438	438	438
Financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	4.773	4.773	12.916	12.673
Debêntures	Custo amortizado	Nível 2	120.209	105.334	-	-

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto empréstimos e financiamentos, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Administração financeira de risco

A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

a. Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras, e os juros a vencer até o final do contrato:

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Fluxo contratado	1 ano	2 anos	3 anos	3 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	219	219	219	-	-	-	-
Partes relacionadas	438	438	-	-	-	-	438
Empréstimos e financiamentos	4.773	4.773	4.773	-	-	-	-
Debêntures	120.209	120.209	12.209	21.600	21.600	64.800	-

b. Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração. Com relação a créditos com clientes, a Companhia vende exclusivamente com a Eletrobrás, com baixo risco de crédito, no âmbito do Proinfra.

c. Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2019

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável”, se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do indexador, conforme indicado, em 31 de dezembro de 2019. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

Instrumentos financeiros passivos (empréstimos, financiamentos e Debêntures)

	-50%	-25%	Provável	25%	50%
Exposição líquida TJLP	69.494	88.635	105.334	120.424	134.345
Impacto da variação	(35.840)	(16.699)		15.090	29.011

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, a Companhia utilizou a taxa média de DI e IGP-M divulgada pela CETIP, tanto para o cálculo da taxa de desconto, quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. E, calculou a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do spread dos juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

d. Risco regulatório

As atividades Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem as partes interessadas nos negócios da Companhia.

e. Risco hidrológico

A energia vendida pela PCH depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional (SIN) operado pelo ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Mediante ofício BE004-16, a Companhia optou pelo produto SP100, com valor de prêmio de risco unitário de R\$ 9,50/MWh, data-base de janeiro de 2015. Este produto elimina o risco de exposição ao GSF.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Principais ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Aplicações financeiras;
- Contas a receber;
- Empréstimos e financiamentos; e
- Fornecedores.

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2019, conforme vigências apresentadas a seguir:

Cobertura	Seguradora	Vigência	Valor
Danos materiais	Axa Seguros S.A.	04/04/2019 a 04/04/2020	100.000
Lucros cessantes	Axa Seguros S.A.	01/05/2019 a 04/04/2020	43.498
Responsabilidade civil	Chubb Seguradora Brasil S.A.	26/04/2019 a 26/04/2020	10.000

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

24. Eventos subsequentes

(i) Financiamentos

Em 15 de janeiro de 2020 a Companhia quitou antecipadamente os contratos com BNDES com vencimento de julho de 2020, no montante R\$ 4.790, sendo R\$ 376 com Banrisul, R\$ 376 com Badesul, R\$ 2.556 com BNDES, R\$ 676 com BRE e R\$ 1.106 com Santander.

(ii) Impactos Covid-19

A Administração da Companhia vem acompanhando atentamente as informações da Organização Mundial da Saúde (OMS) bem como do Ministério da Saúde do Brasil e as notícias acerca do Coronavírus, assim como as relações dos mercados em razão da expectativa de desaquecimento da economia global.

Visto o contexto o qual a Companhia está inserida, não foi observado, até o momento, impacto relevante, riscos ou incertezas nos negócios da Companhia. Embora não seja possível, no cenário atual, prever com exatidão a extensão, severidade e duração dos impactos, a Administração entende que até a data de apresentação destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar suas premissas de negócios e a mensuração de seus ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019.

A Organização Mundial de Saúde decretou, em 11 de março de 2020, a pandemia devido ao rápido e crescente contágio da Covid-19 (Novo Coronavírus) no mundo razão pela qual recomendou uma série de medidas sanitárias com o propósito principal de preservação da saúde das pessoas.

A Administração da Companhia seguirá observando e monitorando o desenvolvimento desta situação.

Postergação de vencimento do FGTS

Em razão dos impactos do Coronavírus (Covid-19), a Companhia informa que irá diferir o pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) das competências de março, abril e maio de 2020, com vencimento em abril, maio e junho de 2020 respectivamente, ao qual será quitado em até 6 (seis) parcelas mensais, a partir de julho de 2020 sem incidência da multa e dos encargos previstos no art. 22 da Lei nº 8.036/1990, em consonância com os artigos 19 e 20 da Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020.

Postergação da validade de CND Federal

A Companhia informa, que obteve prorrogação de 90 dias, do prazo de validade de sua Certidão Positiva com Efeito de Negativa (CPEND), relativos a créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União. Tal medida decorre da aplicabilidade do artigo 1º, da Portaria Conjunta nº 555 de 23 de março de 2020.

* * *